

HIPERTENSÃO E RISCOS CARDIOVASCULARES: DOENÇAS CRÔNICAS QUE CAUSAM IMPACTOS CAUSADOS NOS POLICIAIS MILITARES DE GOIÁS

HYPERTENSION AND CARDIOVASCULAR RISKS: CHRONIC DISEASES THAT CAUSE IMPACTS ON MILITARY POLICE OFFICERS IN GOIÁS

Pablo Rodrigues Santana¹
Major Tatiane Ferreira Vilarinho²

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi identificar as dificuldades enfrentadas pelos policiais militares de Goiás com doenças crônicas adquiridas e as consequências dessas patologias na rotina de trabalho. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo, utilizando dados apresentados pelo Hospital da Polícia Militar do Estado de Goiás. Os resultados apontam uma pequena incidência em relação a doenças crônicas como a hipertensão arterial e problemas cardiovasculares como isquemia cardíaca e arritmia cardíaca, mas que, no entanto, não deixa de ser uma preocupação em relação a saúde dos policiais militares, vide a rotina complexa no qual exige desses trabalhadores, boa aptidão física para suas responsabilidades no qual a hipertensão é uma realidade, afetando negativamente seu desempenho profissional. Concluiu-se que apesar da maioria dos participantes apresentar boa condição de saúde, uma parcela significativa, ainda que minoritária, revelou a prevalência de doenças crônicas, como hipertensão arterial, isquemia e arritmia cardíaca. Essas condições representam riscos e fatalidades que podem afetar a vida dos policiais militares.

Palavras-chave: Hipertensão. Risco cardiovasculares. Doenças Crônicas. Policial militar.

ABSTRACT

The general objective of this work was to identify the difficulties faced by military police officers in Goiás with acquired chronic diseases and the consequences of these pathologies in their work routine. The methodology used was field research, using data presented by the Military Police Hospital of the State of Goiás. The results indicate a small incidence in relation to chronic diseases such as high blood pressure and cardiovascular problems such as cardiac ischemia and cardiac arrhythmia, but which, However, it is still a concern regarding the health of military police officers, given the complex routine in which these jobs require good physical fitness for their responsibilities, in which hypertension is a reality, negatively affecting their professional performance. It was concluded that although the majority of participants were in good health, a significant portion, although a minority, revealed the prevalence of chronic diseases, such as high blood pressure, ischemia and cardiac arrhythmia. These conditions represent risks and fatalities that can affect the lives of military police officers.

Keywords: Hypertension. Cardiovascular risk. Chronic diseases. Military police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma Pelotão November, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: pablorosantana@hotmail.com

² Professor orientador, Major, Doutora e Mestre em Ciência da Informação, Professora do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, GO, 26/11/2023.

1 INTRODUÇÃO

A jornada de trabalho do Polícia Militar (PM) é marcada por uma rotina no qual são expostos a uma diversidade de problemas que podem afetar a condição de saúde dos agentes. De acordo com Venério e Ferreira (2011), um dos principais fatores que contribuem para o surgimento de doenças crônicas é relativo ao estilo de vida e as condições de trabalho que o profissional é exposto.

Hábitos como prática de esporte ou sedentarismo, uso de tabaco, álcool, consumo excessivo de refrigerantes, frituras e etc, também são condições que expõe a pessoa a riscos de desenvolver doenças crônicas. Assim como para qualquer cidadão, os policiais militares também estão expostos há diversas complexidades de saúde física, principalmente por se envolver constantemente em situação de desgaste e estresse. (LOIOLA, 2019).

Gonçalves (2018) enfatizam que o policial militar está dentre as profissões que mais desenvolvem patologias ao longo de suas atividades. Portanto, como as doenças crônicas afetam e colocam em risco a vida dos policiais militares, é essencial que haja um acompanhamento nutricional e de outros profissionais da saúde que possam estabelecer estratégias de prevenção visando melhorias e qualidade de vida desses policiais.

Assim como em qualquer outra área profissional, há policiais que são afetados por algumas patologias que já foram adquiridas ao longo da vida, mas há também aquelas que são desenvolvidas em decorrência da atividade laboral do PM. Considerando o exposto, a pergunta que norteou essa pesquisa é: quais as consequências das doenças crônicas ao longo do trabalho do policial militar?

A saúde é um bem primordial na vida de todas as pessoas, composta por uma variedade de aspectos que envolve o físico, o psíquico, o emocional, o social, o econômico e etc., impactando a doenças crônicas quando um desses fatores não estão em consonância com o bem-estar. Considerando os riscos do trabalho agente de polícia, essa pesquisa se justifica por tratar de um tema que afeta a qualidade de vida desses profissionais cujas doenças crônicas pode acarretar o afastamento quando não a morbimortalidade desses trabalhadores, de modo que torna-se relevante trazer informações que poderão contribuir com o bem estar físico e mental dos policiais militares em geral.

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho foi identificar as dificuldades enfrentadas pelos policiais militares de Goiás com doenças crônicas adquiridas e as consequências dessas patologias na rotina de trabalho. Como objetivos específicos, pretendeu-se conceituar doenças crônicas; verificar a prevalência dessas doenças crônicas relacionadas à atividade do policial

militar; analisar a condição de saúde e a relação doenças crônicas na academia da Polícia Militar de Goiás.

Desse modo, a metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo realizada no Hospital da Polícia Militar, considerando os aspectos de doença crônica adquirida ao longo da jornada de trabalho do policial. Para auxiliar no levantamento de dados, também se realizou uma pesquisa bibliográfica apresentando conceitos fundamentais para o embasamento deste artigo.

Sendo assim, essa pesquisa está dividida numa primeira etapa que traz o referencial teórico no qual foi abordado sobre história e constituição da Polícia Militar de Goiás; no tópico seguinte, foi apresentada conceituações acerca de doença crônica; e posteriormente, apresentou-se uma relação sobre o trabalho do policial militar e as patologias crônicas adquiridas ao longo da profissão. Na segunda etapa, foi realizada uma pesquisa de campo, abordando o desenvolvimento de doenças crônicas ao longo da jornada de trabalho do policial militar, no qual foram apresentados os resultados e discussão sobre o tema em questão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍCIA MILITAR E O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO NO ESTADO DE GOIÁS

A história da Polícia Militar iniciou-se no século XIX, mais precisamente desde o início da regência do Príncipe D. João VI, que decretou em 1809 a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, que ficava localizada no município do Rio de Janeiro. De acordo com Loiola (2019), a Guarda Real, como era popularmente conhecida, tinha o principal objetivo de servir ao príncipe e a família real, promovendo segurança e coibindo a desordem social.

Segundo Pereira (2013), o sistema de policiamento implantado por D. João VI, adveio de Lisboa, no qual herdou as estruturas militares, armamento e até o uniforme que tinha formato e cor iguais aos de Portugal e tinha como comandante o Coronel José Maria Rabelo. Considerando os conflitos e a desordem social e política dessa época, os governantes observaram que não havia uma força policial que pudessem manter a ordem pública e ano de 1831, outras bases militares foram desenvolvidas em outras províncias, constituindo a Guarda Real em todo território nacional, o que deu origem às instituições policiais.

Segundo Sodré (1979), a Guarda Nacional, conforme delineada pela legislação que a originou, era uma instituição permanente e seu papel consistia em regular tanto dentro quanto fora dos municípios, mobilizando destacamentos prontos para atender às demandas dos juízes de paz, juízes criminais, presidentes de províncias e o ministro da Justiça. Essas forças militares

desempenharam um papel crucial na formação dos Estados brasileiros e na consolidação do território nacional, participando ativamente em diversos conflitos internos e externos, como a Revolução Farroupilha, Sabinada, Guerra dos Canudos e as diversas rebeliões que ocorreram no Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Cuiabá e outros.

Em decorrência dessas inúmeras rebeliões e conflitos, o policiamento militar foi disseminado e cresceu em todo o País. Com a reforma no Código de Processo Criminal em 1841, houve uma reorganização nas forças de segurança brasileira, introduzindo a figura do chefe de Polícia na Corte e nas províncias e logo após, em 1842, houve uma regulamentação que descentralizou o Corpo de Guardas do Rio de Janeiro e transferiu as responsabilidades policiais para os Estados, concedendo a cada um deles autonomia na estruturação de sua força policial (LOIOLA, 2019).

Em Goiás, a história da Polícia Militar tem suas raízes na descoberta do ouro, desencadeando conflitos que levaram a corte portuguesa a enviar tropas para manter a ordem. Bartolomeu Bueno da Silva tornou-se Capitão-Mor da Capitania de Goyaz, originando as primeiras milícias (PEREIRA, 2013).

Em 1736, o Recrutamento de Dragões de Minas Gerais chegou a Goiás para oferecer suporte à capitania. Esse contingente tinha a responsabilidade de promover segurança interna, vigiar fronteiras, realizar patrulhamento, arrecadar impostos e transporte. No entanto, devido à falta de atividade, foram gradualmente dispersados.

No século XIX, a província de Goiás teve seu primeiro presidente, Januário da Gama Cerqueira, que sancionou a Resolução nº 13 em 1858, criando a primeira Força Policial na região. Civis recrutados, chamados de "bate-paus", sem treinamento, disciplina adequada, armamento ou uniformes, realizavam patrulhamento por uma quantia mínima (PEREIRA, 2013).

Com a proclamação da República em 1889, houve mudanças em todos os estados, incluindo Goiás, que precisou reorganizar a Força Policial de acordo com a nova política. Em 1935, com o governo de Pedro Ludovico Teixeira, a sede da polícia goiana foi transferida para a capital, recebendo a denominação de Polícia Militar de Goiás (PMGO, 2023).

O século XX trouxe mudanças significativas para o policiamento militar em Goiás, especialmente em 1940, com a criação da Academia da Polícia Militar para capacitar e formar as tropas. Em 1964, com a Revolução, a PM passou a ser comandada pelo Exército, mantendo sua autonomia. Na década de 1970, foram estabelecidos os Grandes Comandos para estruturar o serviço militar (REVISTA O ANHANGUERA, 2020).

Com a Constituição Federal de 1988, a Segurança Pública ganhou um capítulo,

estabelecendo no art. 144 as responsabilidades dos órgãos na preservação da ordem. O § 5 descreve as competências da Polícia Militar brasileira, com a missão de realizar o policiamento ostensivo e preservar a ordem pública (BRASIL, 1988). A Carta Magna também destaca o princípio de gestão participativa para lidar com problemas de criminalidade e violência, destacando a rotina desafiadora dos profissionais policiais (LOIOLA, 2019).

Loiola (2019) traz uma reflexão fundamental, no qual diz que não há glamour na rotina policial, uma vez que suas atividades são maçantes, repetitivas, ligadas a controle, prevenção, repressão, causando tensão e exaustão ao profissional. Não há dúvidas da primordial importância do policiamento militar para a sociedade, justamente por manter a ordem pública, no entanto, o trabalho exaustivo pode desencadear alguns processos patológicos e adoecimentos crônicos por se tratar de atividades que exigem constantes esforços físicos e mentais.

2.2 DOENÇAS CRÔNICAS: ALGUMAS DEFINIÇÕES

As doenças crônicas representam um desafio significativo para a saúde pública, afetando milhares de pessoas, independentemente de sua ocupação. A aquisição dessas doenças está frequentemente relacionada, principalmente, a uma baixa qualidade de vida. Ribeiro e Santana (2015) destacam que o conceito de qualidade de vida abrange o bem-estar social, considerando aspectos físicos, ambientais e psicológicos, com ênfase especial nos elementos de saúde ligados ao ambiente de trabalho.

A saúde é uma condição essencial para que as pessoas possam realizar suas atividades pessoais, sociais e profissionais, no entanto, há condições em que a rotina de vida das pessoas, acabam por acarretar a complexidades que afetam a saúde. O tabagismo, o uso nocivo do álcool, alimentação inadequada, estresse e inatividade física, são causas que reduzem a qualidade de vida e provoca diversos adoecimentos, como no caso das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (LIMA JUNIOR e LIMA, 2021).

As doenças crônicas afetam a saúde de milhares de pessoas no mundo todo e tem provocado preocupações à saúde pública pelo alto índice de morbimortalidade que causa. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), as doenças crônicas são responsáveis por três quartos das mortes mundiais todo ano e no Brasil, cerca de 75% das mortes, são provocadas por DCNT (PAHOS/OMS, 2023).

Doenças crônicas são definidas como condições permanentes, que resultam em incapacidades ou deficiências duradouras, originam-se de alterações patológicas irreversíveis, demandam treinamento específico para a reabilitação do paciente ou podem necessitar de

extensos períodos de supervisão, observação ou cuidados. (BVS/OMS, 2017). Além disso, apresentam características como progressão lenta, variações na gravidade ao longo do tempo e a capacidade de causar invalidez precoce, podendo ser transmissíveis ou não.

De acordo com Cardoza et al. (2017), dentre as patologias crônicas não transmissíveis, pode se destacar as doenças cardiovasculares, a diabetes, doenças respiratórias, câncer, obesidade e problemas de saúde mental, como a depressão. Já as doenças crônicas infecciosas, tem como exemplo, a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS.

O Ministério da Saúde, traçou um perfil relacionado às doenças crônicas que mais incidem no Brasil, destacando que cerca de 7,4% têm diabetes, 24,5% têm hipertensão e 20,3% estão obesos. O fato chama atenção pois o monitoramento realizado no período de 2006 a 2019, aponta que a prevalência de diabetes aumentou 5,5%, a hipertensão arterial subiu de 22,6% para 24,5% e o índice de excesso de peso, passou de 11,8% em 2006 para 20,3% em 2019, indicando que cerca de 55,4% dos brasileiros estão em situação de obesidade (UNA-SUS, 2020).

Cabe destacar que as doenças crônicas são condições de saúde influenciadas por múltiplos fatores, apresentando um curso clínico que pode variar ao longo do tempo, alternando entre períodos de agudização, os quais podem resultar em incapacidades (CHUEIRI et al., 2014). Por essa razão, durante o tratamento, é crucial implementar mudanças no estilo de vida como estratégias para promover o bem-estar do indivíduo.

Sabe-se que determinadas profissões demandam um ritmo de vida acelerado, muitas vezes impedindo a prática consistente do autocuidado, o que resulta em desafios para a saúde. Um exemplo é a responsabilidade dos policiais militares em manter a ordem pública, estando sempre prontos para preservar vidas dentro do cumprimento da lei. Essa constante exposição a fatores de risco físico e psicológico pode gerar impactos significativos na qualidade de vida e no bem-estar desses profissionais, criando condições que afetam sua saúde, como aquisição DCNT em decorrência do desgaste profissional (PAIVA et al., 2017).

2.3 RELAÇÃO ENTRE DOENÇAS CRÔNICAS E O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

O trabalho do policial envolve, principalmente, o perigo e a autoridade, o que coloca esses profissionais em constante pressão, primeiro por causa do desempenho e posteriormente, por causa dos impactos e riscos em suas vidas. Essas tensões desencadeiam uma série de problemas que envolve o desgaste físico, psíquico, impactando também suas relações interpessoais (GUIMARÃES, 2014).

Para além dos riscos enfrentados diariamente, há no exercício de sua função, a

preocupação com a segurança de suas próprias famílias, colocando-os sempre em alerta aos perigos das ruas. O medo provocado por essas preocupações também acarreta aos desgastes emocionais, elevando ao sofrimento psíquico e ao estresse que provoca impactos negativos à saúde (SOUZA et al., 2012).

Haja visto, que o exercício da profissão de policial militar está associado a uma série de desafios que podem impactar significativamente a saúde, a rotina desses profissionais podem desencadear o surgimento de patologias crônicas diversas. Dantas et al. (2010) salienta que a fragilidade no bem-estar físico, emocional, mental e social, são um conjunto de vertentes para o condicionantes às doenças crônicas aos policiais militares, interferindo na sua atividade laboral e, principalmente, na qualidade de vida.

Para Basílio e Vieira (2019), o ambiente de trabalho constitui um instrumento crucial para avaliar a qualidade de vida, pois estabelece uma ligação direta entre o nível de satisfação pessoal e coletiva no contexto laboral e a excelência do trabalho realizado. Para tanto, toda exposição acarretada no trabalho do policial militar, pode ocasionar a diferentes doenças crônicas. Algumas das doenças crônicas destacadas no exercício de trabalho do policial militar são o estresse crônico, desgaste físico e mental, problemas cardiovasculares, hipertensão, lesões musculares e articulares, dentre outras.

A constante exposição a situações de perigo, pressão e responsabilidade pode resultar em níveis elevados de estresse crônico, associado a diversas condições de saúde, incluindo o desenvolvimento do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Conforme indicado por Dantas et al. (2010) em sua pesquisa, a propensão ao estresse parece ser mais significativa entre policiais militares do sexo feminino e aqueles que desempenham funções administrativas.

O desgaste físico e mental decorrente dessas condições pode contribuir para o surgimento de patologias como a Síndrome de Burnout, ansiedade e depressão. Conforme ressaltado por Cisne (2016), o trabalho sob tensão e as pressões no policiamento ostensivo são fatores concomitantes para o desenvolvimento dessa síndrome, caracterizada por sintomas como frustração e exaustão nas relações de trabalho.

As exigências inerentes à profissão policial frequentemente restringem o tempo disponível para a prática regular de atividades físicas e podem influenciar negativamente os hábitos alimentares, contribuindo para condições relacionadas ao estilo de vida, como obesidade, problemas cardiovasculares e diabetes. Aguiar (2022) sugere, em seu estudo, que a incidência da síndrome metabólica entre policiais militares é uma característica intrínseca à profissão, possivelmente relacionada às particularidades do trabalho, resultando no desenvolvimento de doenças crônicas como dislipidemia, hipertrigliceridemia, obesidade

abdominal, baixos níveis de HDL colesterol e hipertensão.

Loiola (2019) também salienta sobre o desenvolvimento de doenças crônicas no exercício dos policiais militares, considerando as lesões músculo esqueléticas e alterações auditivas em função das atividades realizadas por esses profissionais. “As lesões musculoesqueléticas também compreendem boa parte dos agravos dos policiais militares, principalmente ligadas às práticas de atividades físicas, longa permanência em posição ortostática e acidentes de trabalho causados por projéteis de arma de fogo” (LOIOLA, 2019, p. 32).

Considerando esses a importância da saúde para a qualidade de vida do policial militar, em dezembro de 1994 foi construído o Hospital do Policial Militar (HPM) em Goiás, fruto do Fundo de Assistência Social (FAS), instituído pela Lei 11.866 de 28 de dezembro de 1992 (HPM, 2020).

O Hospital de Pronto Atendimento Militar (HPM) destina-se ao atendimento de diversos beneficiários, incluindo policiais ativos e inativos, pensionistas e seus dependentes, abrangendo um público estimado em cerca de 70 mil pessoas, conforme estimativas da Fundação. Os beneficiários têm acesso a uma gama abrangente de serviços multiprofissionais, isto é, uma variedade de exames laboratoriais, além de suporte em áreas como nutrição, assistência social, psicologia, odontologia, atendimento médico ambulatorial, laboratório de próteses dentárias e fonoaudiologia (HPM, 2020).

De acordo com Loiola (2019) para que o policial militar possa desenvolver seu trabalho de maneira digna e com condições de saúde adequadas é importante considerar a implementação de estratégias eficazes de suporte à saúde mental e física dos policiais militares, incluindo programas de prevenção, acesso a serviços de saúde e a promoção de ambientes de trabalho saudáveis.

3 METODOLOGIA

Lakatos e Marconi (2010, p. 65) definem que “o método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido”. Buscando compreender sobre a prevalência de doenças crônicas em policiais militares em formação no Estado de Goiás, foi realizado uma pesquisa de campo, qualitativa, através estudo transversal e observacional, visando trazer dados que possam auxiliar na prevenção de fatores de risco e qualidade de vida do agente de polícia.

A coleta de dados foi composta por duas etapas, no qual, a princípio, recorreu-se a busca de materiais que pudessem dar base teórica para a pesquisa, utilizando recursos de leitura de artigos, livros e revistas que estivessem relacionados aos objetivos elencados ao tema aqui proposto. Essa coleta de materiais se deu a partir da busca nos repositórios da Polícia Militar e bases de dados virtuais confiáveis.

Outrora, foi realizada uma pesquisa de campo em outubro de 2023, utilizando dados do Hospital da Polícia Militar de Goiás e os agentes da PM.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Hospital do Policial Militar (HPM) em Goiás oferece uma variedade de atendimentos aos policiais militares do estado e seus dependentes. Considerando os aspectos de atendimento diversificado, objetivou-se realizar um levantamento acerca dos atendimentos dos últimos cinco anos (2017-2023), realizado no HPM. Houve cerca de 32 mil atendimentos dentre os referidos anos, no qual foi possível identificar fatores de doenças crônicas em se tratando de uma avaliação realizada nos policiais militares (Tabela 1).

Tabela 1 – Atendimentos realizado entre outubro de 2017 a outubro de 2023

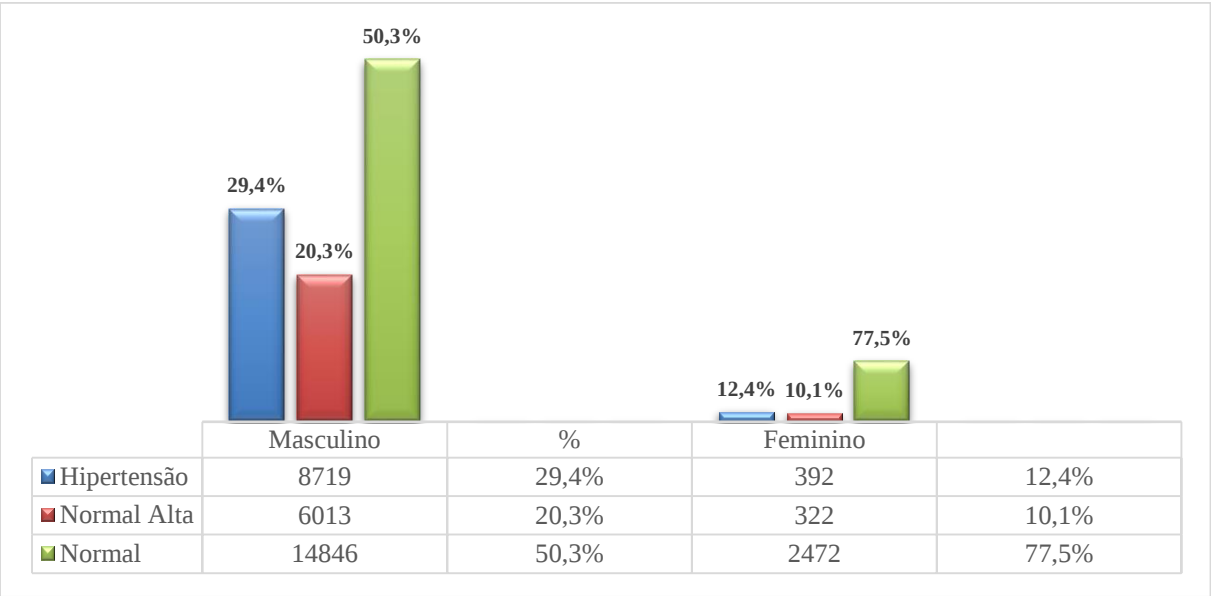
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Sexo							
Masculino	855	6794	7487	1547	1849	4488	6578
Feminino	180	574	850	162	131	566	725
Não definido	0	6	2	2	1	0	2
TOTAL	1035	7374	8339	1711	1981	5054	7305

Fonte: Dados obtidos no HPM (2023).

Na Tabela 1 é foi destacado os atendimentos realizados no HPM, de outubro de 2017 a outubro de 2023, apresentando que a maioria das consultas compreendem o sexo masculino, no qual foram atendimentos um total de 29.598 pacientes. O público feminino, embora tenha sido menor, compreendeu 3.188 atendimentos. Houve um total de 13 pessoas atendidas que não tiveram o sexo definido. A idade desses pacientes está entre 24 a 69 anos. Todos passaram por critério de triagem, no qual foi avaliado peso, altura, peso ideal, circunferência da cintura e pressão arterial.

Foram utilizados dados provenientes da medição da pressão arterial em policiais, realizada pelos profissionais de saúde da unidade do Hospital Público (HPA). Essa análise permitiu a classificação da pressão arterial (PA) da seguinte forma: PA normal, com valores

entre 99/70 a 129/75-89; PA normal alta, variando de 130-139/75-89; e hipertensão arterial, com PA $\geq 140/90$. A pressão arterial é definida como a pressão exercida pelo sangue nas paredes dos vasos sanguíneos durante a circulação pelo corpo, resultado do impulso proporcionado pelo coração, que atua como uma bomba (CAMPOS, 2022).



Fonte: Dados obtidos no HPM (2023).

Ao analisar o conjunto de dados, constatou-se que, entre os homens triados no período de 2017 a 2023, 29,4% foram diagnosticados com hipertensão arterial, abrangendo casos leves, moderados ou graves. Adicionalmente, 20,3% dos homens apresentaram pressão arterial normal alta, enquanto 50,3% mantiveram-se dentro do padrão normal de PA. No que diz respeito às mulheres, 12,4% foram diagnosticadas com hipertensão arterial, e 10,1% apresentaram PA normal alta. No entanto, a maioria das mulheres, ou seja, 77,5%, manteve níveis de pressão arterial dentro da faixa considerada normal.

Os níveis identificados suscitam considerações relevantes, evidenciando que quase um terço dos policiais atendidos apresenta quadros de hipertensão arterial. Além disso, uma proporção significativa exhibe pressão arterial normal alta, uma condição que, embora não atinja os critérios formais de hipertensão, indica um risco considerável de problemas cardiovasculares.

É notável também ao analisar os dados por gênero, que as mulheres apresentam uma incidência menor de hipertensão arterial em comparação com os homens. A maioria das mulheres mantém níveis normais de pressão arterial. Essa prevalência elevada de hipertensão arterial sublinha a necessidade premente de programas de saúde mais abrangentes, destinados

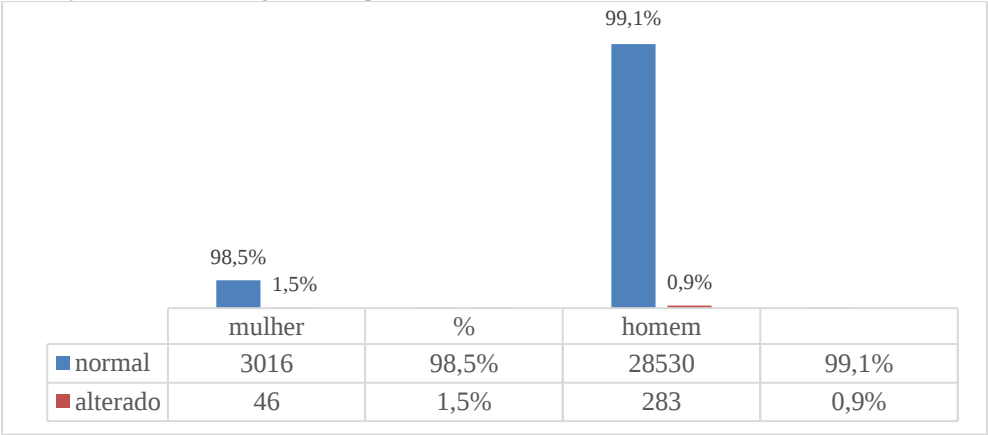
a aprimorar a qualidade de vida desses profissionais. Esses programas devem focar não apenas na prevenção, mas também no monitoramento regular e tratamento precoce dessa condição crônica, visando a promoção da saúde e o bem-estar a longo prazo dos policiais.

Importa ressaltar, que a hipertensão arterial sistêmica (HAS), conhecida como “pressão alta” é uma condição clínica que advém de inúmeros fatores e pode ser classificada por níveis menos intensos aos mais elevados. Isso provoca, frequentemente, alterações funcionais e/ou estruturais de órgãos como o coração, rins, vasos sanguíneos e etc., aumentando riscos de problemas cardiovasculares que podem incitar a fatalidades. (VITAL, SILVA e PAZ, 2020).

Dos resultados advindos do HPM e em se tratando da avaliação militar realizada pelo departamento de Medicina, encontrou-se 31875 atendimentos entre 2017 e 2023, no qual realizaram alguns exames complementares, tais como hemograma e eletrocardiograma, foram identificados algumas condições referentes ao padrão normal e de alterações.

Como o hemograma é considerado um exame médico básico e imprescindível no atendimento, foi identificado que para os atendimentos realizados entre homens e mulheres durante o referido período, 99,1% dos homens apresentam exame normal, enquanto para 0,9% o exame apresentou alterações. O número de mulheres atendidas é menor, no entanto, 98,5% apresenta hemograma normal e para 1,5% desse público feminino, apresentou alterações.

Gráfico 1- Alteração ou não do hemograma dos pacientes atendidos

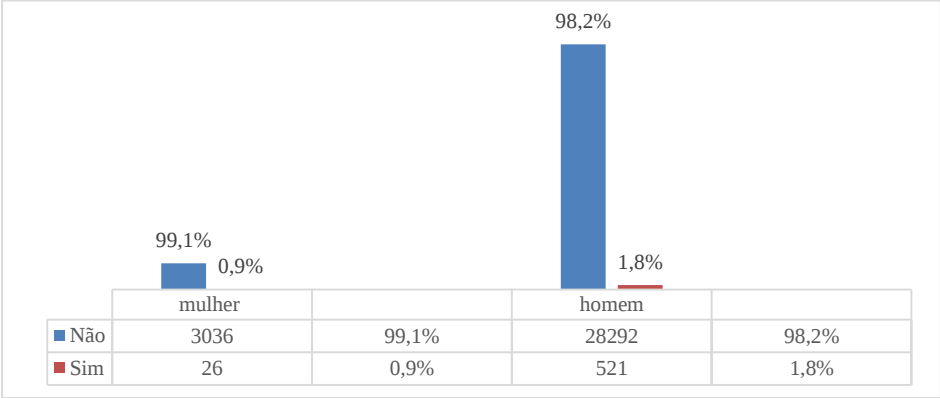


Fonte: Dados obtidos no HPM (2023).

A predominância dos resultados normais, apontam que na avaliação do exame de hemograma realizado demonstra a boa saúde dos militares atendimentos no referido período. No entanto, as alterações apresentadas ainda que sejam pequenas, destaca a necessidade de uma contínua avaliação mais aprofundada para identificar doenças precoces e tratamentos que possam melhorar a condição de saúde desse público.

Já no eletrocardiograma, utilizado para avaliação cardíaca, identificamos que 99,1% das mulheres e 98,2% dos homens apresentaram condições normais. Contudo, pequenas alterações indicativas de isquemia cardíaca foram encontradas em 0,9% das mulheres e 1,8% dos homens.

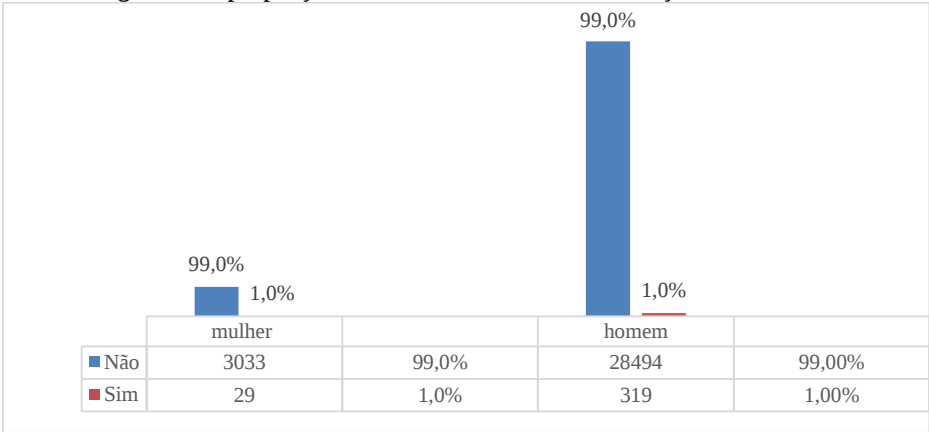
Gráfico 2 – Eletrocardiograma e a proporção de Isquemia Cardíaca na avaliação militar



Fonte: Dados obtidos no HPM (2023).

Ainda sobre as informações apresentadas no exame de eletrocardiograma, os dados revelam a incidência de arritmia cardíaca em mulheres e homens, demonstrando que 99,0% das mulheres e 99,0% dos homens não apresentaram essa condição. Por outro lado, 1,0% das mulheres e 1,0% dos homens foram diagnosticados com arritmia cardíaca.

Gráfico 3 - Eletrocardiograma e a proporção de Aritmia Cardíaca na avaliação militar



Fonte: Dados obtidos no HPM (2023).

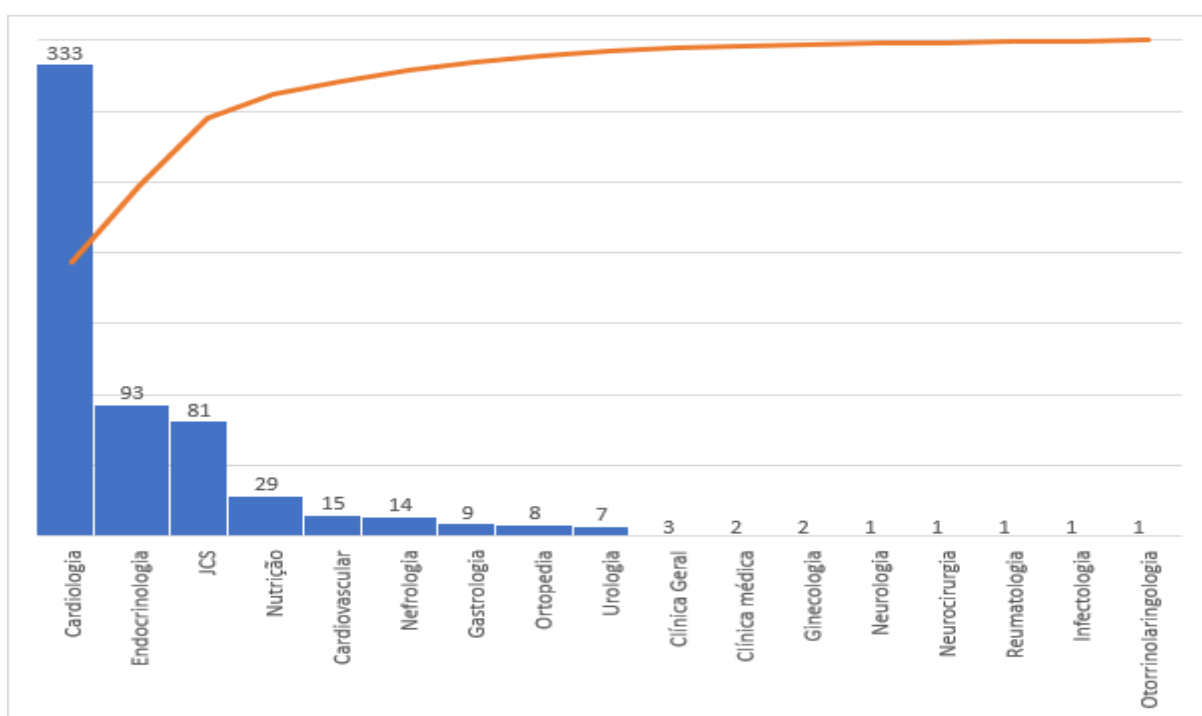
Durante o ano de 2023, até 26 de outubro, foram realizados um total de 601 atendimentos, abrangendo diversas áreas da saúde, incluindo cardiologia, endocrinologia, nutrição, gastrologia e outras especialidades médicas.

A maioria dos atendimentos, cerca de 55,41% do total, está relacionada à cardiologia,

demonstrando a importância do cuidado cardiovascular para os pacientes do HPM. A endocrinologia também representa uma parcela significativa, com 15,47% dos atendimentos, seguida por JCS³ com 13,48% e nutrição com 4,86%.

Além das especialidades mencionadas, os dados revelam que os atendimentos estão distribuídos em várias outras áreas médicas, cada uma contribuindo com uma parcela menor dos atendimentos. Isso ilustra a abrangência dos serviços de saúde prestados pelo HPM aos policiais militares e seus dependentes ao longo do ano de 2023.

Gráfico 1 - Distribuição de atendimentos por especialidade médica



Fonte: Centro de Saúde Integral do Policial Militar, 2023.

Em linhas gerais, a análise destacou uma preocupante incidência de hipertensão arterial, especialmente entre os homens. Os exames complementares, como hemograma e eletrocardiograma, mostraram predominantemente resultados normais, mas ressaltaram a importância da vigilância contínua da saúde, vide que em 2023 a cardiologia foi a especialidade mais demandada. Desse modo, é evidenciado necessidade de programas preventivos e de saúde específicos para os policiais militares.

³ Art. 202. A Junta Central de Saúde (JCS), é um Órgão de caráter permanente do Comando de Saúde da Polícia Militar de Goiás, destinado à realização de perícias médicas, nos termos do art. 18 das Normas para Inspeção de Saúde na Polícia Militar de Goiás aprovada pela Portaria nº 764 de 3 de agosto de 2010, publicada no BGE nº 143 de 05 de agosto de 2010.

Campos (2023) salienta que a hipertensão arterial, uma condição crônica e silenciosa, que cresce em âmbito global, impactando a população de maneira significativa. Além dos prejuízos inerentes à doença, ela contribui para o absenteísmo e está associada a outras enfermidades graves. Mesmo entre os policiais militares, uma categoria que requer boa aptidão física para suas responsabilidades, a hipertensão é uma realidade, afetando negativamente seu desempenho profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos policiais militares de Goiás diante de doenças crônicas, proporcionando uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados por essa categoria profissional. A análise dos resultados revela que doenças crônicas, como a hipertensão, podem acarretar riscos cardiovasculares, impactando a rotina e qualidade de vida dos policiais militares do Estado.

As doenças crônicas podem comprometer e sobrecarregar a capacidade física e mental dos policiais militares, além de aumentar os riscos de acidentes provocados durante as ações e também na qualidade de vida, quando em casos mais graves, essas patologias podem acarretar em afastamento do serviço, prejudicando a carreira do militar.

Ao considerar os dados dos últimos cinco anos de atendimentos no Hospital da Polícia Militar (HPM) de Goiás, destaca-se que, na maioria dos casos, os pacientes apresentaram boa saúde. No entanto, o ambiente de trabalho desses profissionais é continuamente desafiador, suscitando condições que podem ameaçar a saúde física e emocional.

O estudo ressalta que, apesar da maioria dos participantes apresentar boa condição de saúde, uma parcela significativa, ainda que minoritária, revelou a prevalência de doenças crônicas, como hipertensão arterial, isquemia e arritmia cardíaca. Essas condições representam riscos e fatalidades que podem afetar a vida dos policiais militares.

Exames complementares, como hemograma e eletrocardiograma, mostram-se essenciais para identificar doenças crônicas, enfatizando a necessidade de vigilância contínua da saúde para identificar precocemente condições que possam afetar o bem-estar dos agentes. Destaca-se a importância de implementar ações abrangentes que promovam a saúde física e mental dos policiais militares, previnam doenças crônicas e aprimorem as condições de trabalho.

Desse modo, para pesquisas futuras sugere-se que seja aprofundado uma análise dos fatores de risco ocupacionais específicos que contribuem para o desenvolvimento de doenças crônicas, propondo medidas preventivas direcionadas a esses fatores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. A. C. de. Síndrome metabólica e o meio policial: uma revisão da literatura: **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 67693–67705, 2022.

BASÍLIO, P. H. S; VIEIRA, A. P de T. Fatores condicionantes no desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis entre profissionais de Segurança Pública. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1490>. Acesso em: 07 out. 2023.

BVS/OMS. **Descritores de doenças crônicas**. Portal BVS, 2017. Disponível em: <https://decs.bvsalud.org/ths/resource/?id=28563>. Acesso em: 07 out. 2023.

CAMPOS, K de. Prevalência da hipertensão arterial em policiais de unidades da PMERJ. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 89–112, 2023

CHUEIRI, P. S; et al. Pessoas com doenças crônicas, as redes de atenção e a Atenção Primária à Saúde. **Divulg Saúde Debate**, nº. 52, p. 114-24, 2014.

CISNE, F.E.S. **A Incidência da síndrome de burnout em policiais militares da 4ª companhia do 4º batalhão de policiamento comunitário**. 2016. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará - campus Sobral, Sobral, 2016.

DANTAS, Marilda Aparecida et al . Avaliação de estresse em policiais militares. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 12, n. 3, p. 66-77, mar. 2010.

JUNIOR LIMA, C. L.; LIMA, N. N. F. Relação da Qualidade de Vida e as Doenças Crônicas. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 21426–21439, 2021

GONÇALVES, Jean Carlo Rodrigues. Principais enfermidades que atingiram os policiais militares do Estado de Goiás do ano 2012 ao ano 2016. **Biblioteca Digital de Segurança Pública**, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1455>. Acesso em: 22 ago. 2023.

GUIMARÃES, L.A.M.; MAYER, V. M.; BUENO, H. P. et al. Síndrome de Burnout e Qualidade de Vida de policiais militares e civis. **Revista Sul Americana de Psicologia**, v2, n1, Jan/Jun, 2014.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2010.

LOIOLA, Andrey Almeida. **Análise das condições de saúde dos policiais militares com incapacidade laboral no Estado de Goiás**. 97 p. il. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Escola Fiocruz de Governo, Brasília, 2019.

PAIVA, K. A. C; et al. **Pr evalência de doenças crônicas em policiais militares de uma companhia do estado da paraíba**. Anais II CONBRACIS... Campina Grande: Realize Editora, 2017.

PAHOS/OMS. **Las enfermedades no transmisibles** (ENT). Portal OMS, 2023. Disponível em: <https://ncd-uat.adapptlabs.com/CountryProfile/GHE110/BRA>. Acesso em: 07 out. 2023.

PEREIRA, Elio Gomes. **O ensino na academia da Polícia Militar em Goiás: matrizes curriculares - mudanças e permanências 1970 2012**. 244 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2013.

PMGO. **História da Polícia Militar de Goiás**. Sítio da PM, 2023. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/historia/>. Acesso em: 05 out. 2023.

REVISTA O ANHANGUERA. **Edição Comemorativa do Aniversário de 162 anos da PMGO**. Polícia Militar do Estado de Goiás, Ano VIII, 2020. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/revista.pmgo2020.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

RIBEIRO, L. A. SANTANA, L. C. Qualidade de vida no trabalho: Fator decisivo para o sucesso organizacional. **Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu**, v. 02, n. 02, p. 75-96, 2015.

SOUZA, D.J; et al. O estresse a qualidade de vida no ambiente de trabalho de organizações em organizações do segmento de call center. **Psicologia.Pt**. p.1-19, 2014.

VENÉRIO, Odair; FERREIRA, Joel Saraiva. Prevalência de doenças crônicas e seus fatores de risco em policiais militares com 10 a 20 anos de serviço em Campo Grande, MS, Brasil. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires - Ano 16 - Nº 156 - Mayo de 2011.

VITAL, T. G.; SILVA, I. O.; PAZ, F. A. N. Hipertensão arterial e os fatores de risco relacionados ao trabalho: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 9, nº. 7. 2020

UNA-SUS. **Diabetes, hipertensão e obesidade avançam entre os brasileiros**. Portanto UNA-SUS, 2020, Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/diabetes-hipertensao-e-obesidade-avancam-entre-os-brasileiros>. Acesso em: 07 out. 2023.